

O SUPERVISOR ESCOLAR E SEU PAPEL MEDIADOR NO CONTEXTO EDUCACIONAL: ESTUDO DE CASO EM CANDEIAS¹

Celso Roberto da Cruz Colônia Junior²
Noelma de Oliveira Santos³

O presente trabalho busca demonstrar os resultados da pesquisa realizada no curso de Metodologia do Ensino, Pesquisa e Extensão para a Educação/UNEB sobre “O Supervisor Escolar e seu Papel Mediador no Contexto Educacional: Estudo de Caso em Candeias”, município situado na região metropolitana, localizado a 46 Km da cidade do Salvador-Ba. Trata-se de um trabalho de pesquisa com o propósito de investigar, analisar e confrontar dados levantados do referencial teórico com outros adquiridos através da análise empírica para esclarecer aspectos relevantes da atuação mediadora do núcleo de supervisores educacionais da cidade de Candeias, empenhado em oferecer aos educadores subsídios e aportes teóricos e práticos para a melhoria da qualidade do ensino na rede pública municipal.

Compreendemos a atuação do supervisor como aquela que analisa, reflete, questiona, dialoga e orienta os docentes sobre as diversas formas de abordagens dos conteúdos de cada disciplina, das metodologias, das técnicas de ensino, das inter-relações pessoais travadas no espaço escolar e das formas de avaliação condizentes com as necessidades e condições existenciais dos discentes. Percebe-se, com isso, a sistematização da prática supervisora no interior das diferentes relações que são estabelecidas na escola, onde o ensinar-aprender é focalizado a partir da compreensão dessas relações.

A problemática da Supervisão escolar leva-nos a alguns questionamentos, que nortearam todo esse trabalho, a saber: (a) qual o papel do Supervisor no sistema de ensino de Candeias? (b) A ação do supervisor no município é coerente com o Regimento Unificado, aprovado pela resolução n.º 04/98 que o constituiu? (c) Será que o papel do supervisor escolar deve ser o de mediar ou o de fiscalizar as práticas pedagógicas?

Com esta visão, o presente estudo objetivou analisar e caracterizar o papel do Supervisor Escolar no Município de Candeias, notadamente na rede pública municipal, tomando como base o período de 1997 a 2000, buscando entender e verificar a importância desse profissional para a melhoria da qualidade do processo ensino-aprendizagem.

Sabendo-se que o papel desse profissional foi definido no cenário educacional brasileiro na década de 70, regulamentado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) n.º 5692/71, o mesmo despontou no campo educacional de Candeias na década de 90, no governo da prefeita Antonia Magalhães, através da Lei 445/98, do Decreto Lei n.º 5644/93 e do Regimento Interno Unificado aprovado pela resolução n.º 04/98, instituindo a função do supervisor no Município de Candeias. Com base nisso é que adotamos uma pesquisa qualitativa na forma de Estudo de Caso, que segundo Sidnei (2000): “Visa à descoberta, característica que se fundamenta no pressuposto de que o conhecimento não é algo acabado uma vez por todas, haverá sempre um acabamento precário, provisório”.

O método adotado no Estudo de Caso possui um caráter flexível, oferecendo condições de observar a realidade em uma situação normal de forma complexa e contextualizada, desse modo, possibilitando-nos perceber os vários aspectos da função supervisora no Município de Candeias.

¹ Pesquisa realizada no Curso de Especialização em Metodologia do Ensino, Pesquisa e Extensão para a Educação – UNEB, sob a orientação da Prof. Dra. RONALDA BARRETO SILVA.

² Matemático, egresso da Universidade Católica do Salvador – UCSal, Especialista em Planejamento e Gestão para a Educação – UNEB e Especialista em Metodologia do Ensino, Pesquisa e Extensão para a Educação – UNEB. coloniajr@hotmail.com.

³ Pedagoga, egressa da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Especialista em Planejamento e Gestão para a Educação – UNEB e Especialista em Metodologia do Ensino, Pesquisa e Extensão para a Educação – UNEB. noyy@zipmail.com.br.

Considero o objeto que pretendemos estudar como único, pois das supervisoras entrevistadas nenhuma tem habilitação em supervisão educacional e, mesmo assim, participaram da implementação do núcleo de supervisão no município, portanto, este estudo é uma representação singular da realidade que é multidimensional e situado historicamente.

O presente estudo constitui-se de uma pesquisa com abordagem do tipo qualitativo – fenomenológica, buscando analisar, compreender e descrever a problemática em questão em sua inteireza. Busca-se neste estudo, de inspiração fenomenográfica, a “pertinência do detalhe que o edifica e da singularidade que o marca” (SIDNEI, 2000).

A escolha da abordagem qualitativa com enfoque fenomenológico foi por entender que ela busca trazer as vozes dos supervisores pesquisados para dentro do trabalho de pesquisa. Este tipo de abordagem, por ter um caráter dialético, possibilita “documentar o não documentado, desvelar os encontros e desencontros que permeiam o cotidiano da prática escolar, descrever as ações e representações dos seus atores sociais” (LÜCKE, 1995). E é possível tornar o estranho familiar, e o familiar estranho, na tentativa de analisar, compreender, interpretar e explicar como a realidade é estruturada, construída, levando o pesquisador a se desprender de pré-conceitos e pré-definições.

Como recursos para uma melhor compreensão do objeto, foram seguidas as seguintes fases: a primeira referiu-se à etapa exploratória, levantamento de informações que possibilitaram a análise, através da identificação, localização e dados pessoais dos supervisores da rede municipal.

A segunda fase consistiu da análise documental da Lei n.º 445/98 que dispõe sobre o Estatuto do Magistério do Município de Candeias, da descrição sumária do Decreto Lei n.º 5644 de 15 de outubro de 1993 e do Regimento Unificado das Escolas Municipais n.º 04/98. Esta técnica oferece subsídios para o confronto das informações e declarações dos atores pesquisados e apontar, caso existam, contradições.

Na terceira fase, a pesquisa de campo visou, através da entrevista aberta, conhecer não só como se processou a ação supervisora no município de Candeias de 1997 a 2000, como também buscou uma interação com os atores (supervisores do município) objetivando, também, documentar e registrar os encontros e desencontros que permearam o cotidiano da prática escolar. Assim, foi possível confrontar as concepções das supervisoras entrevistadas com as determinações previstas na Lei, no Decreto Lei e no Regimento Unificado supracitado.

Procuramos na relação entre objeto e a pesquisa evidenciar as possíveis contradições e conflitos, sendo que a pesquisa proposta não possuía um caráter de ideal acabado, mas o sentido aberto, complexo e inconcluso. Essa concepção movente e flexível surgiu por concebermos a ação do Supervisor Educacional como um ser em construção, e que não se realiza em um espaço neutro, mas deve ser contextualizado e dependente de uma concepção de homem, de sociedade e de mundo que perpassa a prática pedagógica que poderá privilegiar tanto uma prática reprodutora, como uma postura transformadora de toda comunidade escolar.

Com a proposta de estudar a problemática da Supervisão escolar, tentando caracterizar essa função no sistema de ensino e no contexto educacional de Candeias, buscamos responder o porquê da instituição desse profissional no município, quais eram os objetivos, o papel e quais seriam as verdadeiras funções do supervisor educacional. Sabíamos, certamente, que não seria possível encontrar respostas prontas sobre o objeto pesquisado, por isso descrevemos todo o processo de transformação pela qual passou esse profissional no sistema escolar e na política pública (Decreto-lei n.º 5644/93, Lei 445/98 e Regimento Interno Unificado das Escolas Municipais 04/98) do município.

Repensar tal prática possibilita a passagem do senso comum à consciência crítica, condição necessária para analisarmos a educação com base em uma concepção revolucionária. A crise pela qual passa a educação no Estado da Bahia como todo, por exemplo, e, particularmente, em Candeias, obriga os profissionais da educação, indistintamente, a repensar suas condições de trabalho e de vida. Diante de tudo isso, é óbvia a afirmação: em Candeias, os supervisores estão, atualmente, assumindo a função de mediar e não mais de fiscalizar a educação nas escolas. Estão se metamorfoseando e se desvencilhando da concepção vinculada pela ideologia dominante acerca de seu papel no sistema educativo.

Em relação aos supervisores percebemos uma série de problemas registrados em Candeias: baixos salários, a falta de material adequado, precariedade das condições físicas das instalações escolares, um número reduzido de supervisores para atender uma rede composta por 83 escolas, o despreparo de alguns dirigentes que desconhecem os aspectos organizacionais da educação, talvez por desconhecerem os procedimentos e as leis elementares da educação, a formação precária da maioria dos professores que atuam na educação infantil e no ensino fundamental, a não aceitação de supervisores em algumas escolas, a falta de continuidade dos processos implantados pela SEC, o não estabelecimento de uma Política Educacional consistente e eficaz, entre outros. Todas estas dificuldades comprometem, sem dúvida, o trabalho de acompanhamento da ação educativa no município.

Apesar de todos os problemas enfrentados, os supervisores de Candeias conseguiram elevar o nível de atuação dos docentes em sala de aula, o que produziu bons resultados na aprendizagem dos alunos. O núcleo de supervisores atuou como mediador e colaborou para a integração dos docentes no processo ensino-aprendizagem.

De tudo o que foi exposto neste estudo, reconhecemos que ainda precisaremos por muito tempo da ação da supervisão escolar, entretanto, o acesso às escolas deverá ser restrito aos profissionais habilitados, capacitados através de concurso público para permitir avanços nas discussões sobre as vias de acesso ao cargo de Supervisor Educacional.

Acreditamos, portanto, que a atuação do supervisor como mediador no interior do Sistema Escolar, realizando uma ação em conjunto com os professores e com a comunidade escolar, propiciará a criação de um espaço aberto e autônomo onde podem acontecer modificações necessárias à educação.

REFERÊNCIAS

LÜCKE, Mega. ANDRÊ, Marli E.D.A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1995.

BRASIL. Lei 5.692 de 15 de outubro de 1971

CANDEIAS, Decreto Lei 5644 de 15 de outubro de 1993.

_____. Lei 445 de 05 de janeiro de 1998.

_____. Regimento Interno Unificado das Escolas Municipais de 27 de novembro de 1998.

MACEDO, Roberto Sidnei. **A Etnopesquisa Crítica e Multirreferencial nos Cursos de Humanas e na Educação**. Salvador: EDUFBA, 2000.